



VISÃO DA CONJUNTURA E COMPORTAMENTO DIPLOMÁTICO DO BRASIL

Ramiro Saraiva Guerreiro

Embaixador, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

No ano em que se abre a década de 80, a diplomacia brasileira se dirige às suas variadas tarefas, com a certeza de que continuará a ligar o seu trabalho ao esforço maior do desenvolvimento nacional, em todas as suas dimensões. Para servir ao Brasil, não nos iludimos sobre o país, nem muito menos procuramos iludir nossos interlocutores. Um realismo sóbrio orienta a ação diplomática. Assim se cria confiança, base indispensável para a construção de uma posição internacional que favoreça o desenvolvimento econômico e a segurança.

Em outra dimensão, é inegável que a evolução da situação interna é elemento que reforça a confiança e a credibilidade internacionais do país. De fato, o momento que vivemos, como nação, é exatamente o da constituição de nossa verdade política. A fixação do pluralismo e da democracia, do diálogo e da responsabilidade, e a ampliação das formas de

participação permitem a governantes e governados ver melhor as realidades que nos envolvem. Permitem que se ajustem os ideais às realidades, o trabalho do Governo ao que pensa e quer o povo.

Não existirão, porém, fórmulas fixas ou ideais para o cotidiano, pois a democracia é, exatamente, o quadro institucional que convida à variação, à inovação, ao futuro.

Faço essas reflexões com o pensamento voltado para o mundo que nos cerca. Minha proposta inicial é a metodológica. *O mesmo sentido — que nos orienta internamente — de abertura, de busca do novo e do mais certo para a nação, está hoje plenamente incorporado ao exercício da diplomacia brasileira. E não se trata de uma tática de mero ajustamento entre a realidade interna e a externa. É uma obrigação que nasce da própria fluidez da conjuntura internacional. Não é um modo simples, de mera transposição de uma disposição interna*

para o mundo exterior. Cada ação requer avaliação de seu efeito imediato e, sobretudo, de seus efeitos a médio e longo prazo.

De fato, o exercício da diplomacia exige cuidadoso e pertinaz realismo na análise e na interpretação da cena internacional. Não existem formulações fáceis que enquadrem a complexidade do mundo contemporâneo. A realidade é fluida e repele maniqueísmos, clichês, fórmulas estratificadas. Não há caminhos simples para a supressão dos impasses internacionais que se acumulam. As áreas de tensão se multiplicam porque as transformações da realidade não se acompanham de verdadeiro progresso; é cada vez mais dramática a exigência de modificações estruturais da ordem internacional. Se há traço persistente, é o de que a ética e a razão, os ideais de justiça e solidariedade e, mesmo, as regras mínimas de convivência não parecem contaminar o comportamento dos Estados que mais conformam a realidade internacional, impelidos que são pelos estatus do Poder ou por interesses imediatos e setoriais.

Essas observações gerais servem de introdução à minha exposição, na qual procuro caracterizar a conjuntura internacional, tomando como referência temporal o ano que passou, desde minha última visita à Escola.

Naquela ocasião, preocupava-me o fenômeno da fluidez conjuntural, a dificuldade de aprender conceitualmente a realidade e o fato de que a aceleração da História não se acompanhava de movimentos institucionais paralelos, que garantissem, de forma permanente, a ampliação dos quadros de decisão internacional. Acentuava-se o distanciamento entre o fato universal do progresso histórico e a participação limitada no leme

da história. O afastamento e o bloqueio à participação só fazem gerar problemas que só podem ser adiados ou escamoteados com índices crescentes de violência internacional. E a aceitação da violência como inevitável é o erro maior que as grandes potências freqüentemente cometem.

Gostaria, porém, de ilustrar minhas observações com uma revisão rápida e certamente seletiva dos acontecimentos internacionais importantes e bem conhecidos nesses últimos meses. Farei uma lista:

I) a invasão do Afeganistão, com violação do princípio da não-intervenção, condenada claramente pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, elevou a temperatura do confronto Leste-Oeste. O impasse persiste até hoje;

II) o aumento da tensão no Oriente Médio. O funcionamento e as perspectivas de Camp David, a paz patrocinada pelos EUA e negociada diretamente pelo Egito e Israel foi frustrada, em boa parte em virtude de atitudes intransigentes como, agora, a tentativa de unificação de Jerusalém; alternativas mais amplas para a consecução de paz na região, com efetiva participação dos atores interessados, estão postas num perigoso segundo plano;

III) os conflitos no Sudeste da Ásia; o equilíbrio de Poder é a base da política regional e, alimentado por exacerbadas disputas históricas e ideológicas, tem feito com que a área viva em permanente conflito. A situação continua sem perspectivas de solução;

IV) a transição pacífica no Zimbábue, feito que deve ser tributado a um equilibrado processo de negociação e à democracia eleitoral implantada, não resolve os problemas do Sul da África. O caminho zimbabuense não se transfere fácil

ou automaticamente para a Namíbia, nem, muito menos, para a África do Sul, único país do mundo em que persiste institucionalizada uma política de discriminação racial; as incursões armadas sul-africanas em Angola são um dos exemplos correntes de violência internacional, que gera inevitáveis e prolongados problemas políticos;

V) o recrudescimento do terrorismo na Europa com o violentíssimo atentado de Bolonha, que é deplorado por todos, dentro e fora do mundo desenvolvido;

VI) o desaparecimento de Tito abre um espaço e uma interrogação na Europa do Leste e, além disto, pode agravar, talvez, as dificuldades que viveu, nesses últimos anos, o Movimento Não Alinhado. A morte de Tito transcende, em sua significação, a Iugoslávia e vai repercutir sobre o próprio processo internacional;

VII) as disputas internas na Aliança Atlântica são outro sinal da dificuldade de criar valores comuns para a atuação concertada, mesmo quando se analisa o foco limitado da vida intrablocos;

VIII) a renovação das disputas sobre armamentos, especialmente os nucleares, e a criação de novos e temíveis patamares de equilíbrio do terror na Europa formam tendência que coloca em risco os mínguos ganhos da détente e das negociações SALT;

IX) as dificuldades de transformação política no Caribe e na América Central, onde, por infelicidade, a violência parece estar inexoravelmente ligada aos processos de superação da estagnação política e econômica;

X) os impasses conhecidos para a democratização dos países da América do Sul. Aqui, é evidente que, de acordo com a tradição brasileira, não expressamos, em nenhum momento, preferências concretas, em relação a países determinados.

por essa ou aquela forma de regime. Não se trata disto. Não obstante, como valor político, o Governo brasileiro prefere nitidamente a democracia e manifesta sua determinação de que a mesma se implante forte e amplamente no seio brasileiro, o que não deixará de ter reflexos externos;

XI) persiste o impasse no relacionamento Norte-Sul. Os países desenvolvidos se fecham ainda mais em suas reuniões de cúpula e dedicam atenção decrescente aos problemas dos países do Sul. A segunda reciclagem dos petrodólares coloca novos e difíceis desafios para o sistema econômico internacional.

Propositalmente, não busquei hierarquizar esses acontecimentos, nem ligá-los dentro de algum esquema interpretativo, embora seja óbvio que todos, ou quase todos, contribuem para gerar tensão internacional. Minha preocupação é outra. Desejo apresentar observações de feitiço muito geral, direta ou indiretamente pertinentes aos fatos apontados, observações que, a meu ver, constituem uma base para a análise dos acontecimentos conjunturais e das tendências que os mesmos denotam.

Começaria essas observações com a questão da "estrutura da convivência internacional". Na verdade, vejo aqui duas questões.

Em primeiro lugar, há uma *dimensão estática*. A convivência se sustenta (ou se deve sustentar) num quadro de regras que garantam minimamente a segurança e a integridade de cada Estado. Essas regras estão fixadas juridicamente na Carta da ONU e, simplificando, poderia dizer que o seu pilar fundamental é o princípio da não-intervenção. O desrespeito a esse princípio vital perturba a interação internacional, engendra desconfianças, enseja reações e, como a história

contemporânea demonstra cabalmente, gera frutos amargos para o interventor e ainda mais amargos para a população do Estado que sofre a intervenção. Não preciso mencionar os limites a que, mesmo essa regra tão fundamental e tão aceita, está sujeita hoje, com a manifestação, nos mais variados quadrantes, de vocações hegemônicas que atropelam os limites de Estados fracos ou indefesos, sob variados pretextos. Concluindo: se a convivência é viciada, desrespeitosa, como enfrentar os problemas comuns? Como suplantar os impasses que se acumulam? Como diminuir os níveis absurdos de armamentismo, principalmente nuclear? Como vencer os interesses egoístas e imediatistas que impedem uma visão mais aberta e ampla dos interesses econômicos? Como experimentar verdadeiramente o potencial do Estado-nação, como base para organização do mundo, se apenas alguns dentre eles podem fazer valer direitos plenos?

É fácil, infelizmente muito fácil, explorar algumas das conseqüências negativas desse quadro. Em primeiro lugar, existe e se difunde uma espécie de dificuldade de negociar, com a perigosa substituição da diplomacia pela força ou pelo discurso ideológico. É sintoma da prevalência de um certo autoritarismo no plano internacional, em que o *outro* é visto como adversário a ser diminuído, humilhado ou isolado. É paradoxal que, num momento em que aumentam dramaticamente as interações internacionais, esteja tão racionada e tímida a interação fundamental, organizadora, que é a interação política. Ou melhor, a interação política que existe é limitada a pequenos círculos e se destina a resolver questões específicas, sem sentido de generosidade e de futuro.

Há, porém, uma segunda dimensão da questão da convivência internacional, que tem *contornos dinâmicos*, a que apresenta especial interesse para os países em desenvolvimento, como o Brasil. Discutir o problema da convivência diplomática é insuficiente, quando vemos a cena internacional com os olhos de um país em desenvolvimento, preocupado tanto com as manifestações de poder quanto com a estrutura, que confere uma aparência de valor e legitimidade aos atos de poder; um país preocupado, afinal, com problemas de alimentação, moradia, saúde, e outros tantos que, talvez, precedem a problemática do poder. Estamos preocupados porque a estrutura internacional cristaliza estratificações indesejadas e se perpetua em termos de poder. Na verdade, repele os projetos de transformação não mediados pelo próprio poder. A esse respeito, não poderia ser mais ilustrativa a nossa experiência no diálogo Norte-Sul.

A evolução da vida internacional está bloqueada pela consagração estrutural de desigualdade, no que diz respeito tanto à substância dos problemas políticos, econômicos e sociais, quanto à restrição à participação no processo decisório.

Vivem-se mudanças; de fato existe movimento na história, mas a estrutura da convivência se altera apenas marginalmente, por adições tópicas, não incorpora novidades, não abre espaço para o processo de criação política, para a solução de problemas fundamentais. Chega-se ao aparente paradoxo de existirem países subdesenvolvidos que, embora descritos como "afluentes" ou "em processo de industrialização", permanecem efetivamente subdesenvolvidos, sem que possam alterar seu modo de inserção internacional.

Nesse sentido, o presente sistema internacional sequer chegou a viver plenamente em toda a sua potencialidade. Veja com ceticismo as fórmulas para transcender o Estado, através de Governos ou instituições supranacionais. Hoje, essas formulações não passam de transparente disfarce para novas hegemonias.

Ainda não se reconhece, por exemplo, que a reforma do sistema econômico internacional não é, apenas, um ato de benemerência, e, sim, a reinterpretção do próprio jogo de interesses entre o Norte e o Sul. Não há desejo, de parte dos países industrializados, de agir em conformidade com a constatação simples de que os interesses que os ligam aos países em desenvolvimento podem e devem ser transformados num quadro de mutualidade. O status quo não só reproduz as equações de poder mas também bloqueia a articulação e o curso de fórmulas alternativas às determinadas pelo presente esquema de distribuição de poder.

Outro exemplo dessa situação está ligado à dinâmica das tensões regionais. Na verdade, quem sofre com o status quo não são evidentemente as nações poderosas, que são imaginativas a ponto de descobrirem funcionalidade estratégica e econômica para os maiores e mais temíveis arsenais de armas, nucleares e convencionais. Quem sofre são as nações do Sul.

Não quero, por outro lado, adotar versões simplistas que vêem, em cada conflito regional, a mera superposição de conflitos globais entre as superpotências. Além de objetivamente erradas, atribuem imediatamente às superpotências o condão mágico da paz: se são elas os mentores da guerra, não haveria paz, nem desenvolvimento autônomo, sem o

correspondente patrocínio que possam dispensar.

Insisto em outros pontos. Enquanto persistir a resistência à reforma da ordem econômica internacional, enquanto estiver bloqueado o acesso dos países pobres ao desenvolvimento e aos processos de decisão internacional será difícil evitar que as formas de intervenção e de interferência se manifestem, clara ou subrepticiamente. De outro lado, a própria incapacidade das superpotências de criar um *modus vivendi* estável contribui para acelerar as instabilidades regionais. As superpotências não deixam de ver oportunidades de influência em conflitos regionais, tantas vezes motivados fundamentalmente pela dinâmica local. Quando se adota essa ótica, e quando as partes do conflito a aceitam, está estabelecido o caminho para a estratificação da disputa.

Em suma, não haverá ordem internacional consentida e legítima se não houver Estados verdadeiramente autônomos e, para tanto, é fundamental que se alterem as regras internacionais que fecham os caminhos para o desenvolvimento. E isso só ocorrerá se houver participação ampla e democrática dos Estados membros da comunidade internacional nas decisões sobre o seu destino. Caso contrário, a estrutura de convivência com os efeitos que aponte se reproduzirá sem solução e sem transcendência.

Não quero armar com essas observações um amargo círculo vicioso, o da indignância política. Não é essa a minha intenção. Quero assinalar, por enquanto, a dificuldade das tarefas que enfrenta a diplomacia de um país em desenvolvimento nos dias de hoje; de outro lado, insisto em que não existem solução e caminhos óbvios, sobretudo se pensarmos em soluções isoladas, egoístas, que simples-

mente procurem tomar a trilha percorrida pelas potências atuais. Aí, aliás, está a base para o sentido democrático e aberto da visão brasileira sobre o sistema internacional que não a democracia que gere segurança para todos os Estados e distribuição equitativa dos benefícios do sistema internacional.

Abriria um parêntese para um exemplo recente de cooperação internacional, que demonstre a possibilidade de negociação aberta, de trocas mútuas de vantagens e de fixação consensual de regras: a Conferência sobre o Direito do Mar, que se encaminha para sua fase conclusiva.

Uma segunda área de reflexão tem que ver com a posição brasileira, concreta, em relação aos temas e problemas apontados. Não vou repetir, uma a uma, as atitudes que adotamos diante dos acontecimentos que marcaram a conjuntura internacional. Serão elas amplamente conhecidas dos senhores, não só porque constituem, em geral, matéria de estudo nesta Escola, mas também porque temos procurado, através do contato cotidiano e franco com a imprensa, informar amplamente a opinião pública brasileira sobre os passos de sua diplomacia. Nesta parte, prefiro colocar alguns dos dilemas da construção da própria posição brasileira em relação às questões que coloquei. Farei apontamentos gerais, indicações sumárias, que, espero, no debate, possam ser suplementadas.

Minha exposição centrou-se até aqui em revelar tendências da conjuntura, que escondem, infelizmente, formas estruturadas do sistema internacional. A lista de acontecimentos que apresentei era de exemplos claros, alguns mais que outros, do que venho dizendo. O tema do poder e o tema da necessidade de reforma dominaram minhas palavras. Mas

não indiquei como nos devemos situar diante da influência do poder nos negócios internacionais e da necessidade coerente de reforma do sistema econômico e político.

Seria má a resposta de que com mais poder mais conformaremos o sistema internacional. Estaria o país ganhando *status* de potência e passaria a comportar-se como tal. É má essa resposta porque parte de três falsas premissas. Em primeiro lugar, a reforma do sistema pelo caminho do Poder em novo patamar, com novos atores, em que nos incluiríamos, para o qual seríamos co-optados. Não é isto que pretendemos.

Em segundo lugar, não pensamos em copiar ou repetir a trajetória das potências atuais, o que seria contra as tradições do Brasil em política externa, e contra a própria lógica do sistema internacional contemporâneo. Viver (ou pretender viver) como potência implica a adoção de comportamentos hegemônicos e a utilização de instrumentos, que condenamos. Em terceiro lugar, não recebemos (nem o pretendemos) qualquer legado ou manto imperial; o Brasil não substitui ninguém no plano internacional, o Brasil pratica sua própria política. A influência que tiver será resultante da coincidência de sua linha de ação com o interesse real da maioria dos Estados.

Seria igualmente ineficaz imaginar, contra a realidade, que o Brasil tenha deixado de ser um país em desenvolvimento ou esteja próximo a fazê-lo. Sim, progresso houve e tem havido, graças aos nossos próprios esforços. Mas continuamos, Governo e povo, a enfrentar sérias disparidades regionais e sociais em nosso país; subsiste o hiato que nos separa dos países desenvolvidos, como indica a simples vivência de nossos pro-

blemas cotidianos. *O Brasil, envaidecido, não se deixará enganar pelos rótulos de "país recentemente industrializado" ou de país em desenvolvimento "avançado", rótulos cujo objetivo é simplesmente o de nos separar dos demais países do Sul e, assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios de cooperação internacional. Isso não faremos enquanto permanecer inalterado o nosso modo de inserção na realidade internacional. Prosseguiremos em nossos esforços no plano Norte-Sul e, complementarmente, aceleraremos tanto quanto pudermos a nossa cooperação com os países do Sul.*

Como definir, então, nosso perfil? Como país em desenvolvimento, o Brasil é um país afetado, em diversas dimensões, pelo sistema internacional, que nos aparece, em boa medida, como um dado. Nossos meios de projeção externa são limitados. Não afetamos o destino do sistema internacional da mesma forma ampla pela qual este molda o cotidiano da vida brasileira. Trata-se de um problema estrutural: a nossa dependência de importação de petróleo, tecnologia e capitais.

Nossa preocupação é assim de criar filtros para que as influências recebidas sejam as que desejamos, como nação, receber. Este problema não se resolve simplesmente pela adição mecânica de "quantidades de poder". Poder sim, mas no seu sentido mais amplo: coesão interna construída democrática e livremente, a formação de consenso nacional, a criação de estruturas econômicas, sociais e políticas sólidas, que possam sustentar a nossa autonomia, a nossa independência.

O alargamento da presença internacional do Brasil é necessidade do pró-

prio desenvolvimento nacional, mas não se fará em termos de poder.

Nossa presença externa tem que ser rigorosamente compatível com a filosofia que adotamos. Se desacreditamos das soluções de poder, não devemos implementá-las e sim condená-las; se acreditamos em necessidade de reformas amplas, que beneficiem os países necessitados, não devemos transformar pontas mínimas de vantagens localizadas em suostos apanágios de "nova potência"; se confiamos na diplomacia, na persuasão, no convencimento, não adotamos a força como norma de ação externa, mas, ao contrário, condenamos o seu uso, efetivo ou potencial; se acreditamos que a Paz deve ser pluralista, democrática, com espaço para a manifestação de todos os Estados, não admitimos movimentos que levem a intervenções externas, seja qual for o seu promotor; se defendemos soluções solidárias e éticas, devemos praticá-las em cada momento de nosso relacionamento, em cada instância de nossos empreendimentos internacionais. Se condenamos o egoísmo e o imediatismo, advogamos sinceramente a importância da combinação de esforços através de organizações mundiais e regionais, que sirvam a seus membros sem discriminação e sem artifícios hegemônicos.

Para terminar esta parte, em que procurei sublinhar os efeitos complexos da conjuntura internacional, e definir alguns aspectos da atuação diplomática do Brasil, insistiria somente num ponto. O Brasil vive, no sistema internacional, uma situação que é dada. As nossas possibilidades de modificar traços básicos do sistema são limitadas. Essa circunstância não nos deve intimidar, nem conduzir a um fechamento ou a um isolamento. Ao contrário, a nossa posição in-

ternacional convida à participação intensa, sem preconceitos, nos negócios do mundo. Porque dependemos do sistema, devemos vivê-lo plenamente, em todas as suas dimensões, com *universalismo e dignidade*, como bem definiu o Presidente João Figueiredo. É esse o caminho para absorver as influências externas e abrir espaço para a demonstração de nossas possibilidades e de nossas teses. Nossa diplomacia terá que ser sumamente inventiva e dinâmica. Nossas melhores armas, o exemplo, a ética e a imaginação, ou seja, a criação da confiança e a capacidade de convencimento, coadjuvadas por ação prática, mesmo com nossos meios modestos, inspirada nos mesmos conceitos.

Antes de passar aos temas que integram a agenda diária da diplomacia brasileira, desejaria assinalar que o nosso comportamento externo, em suas posições de princípio e em suas ações, concretas, tem sido invariavelmente voltado para a Paz e o Desenvolvimento. Temos consciência clara sobre os modos pelos quais poderemos ser úteis ao sistema internacional. Temos diretrizes firmes de ação. Temos compreensão de que as responsabilidades que queremos devem ser partilhadas e devem ser medidas pelo nosso compromisso com a Paz e nosso interesse no desenvolvimento. Não nos queremos atribuir responsabilidades maiores que as da dimensão externa do país, nem desejamos que nos atribuam, por delegação ou solicitação, responsabilidades derivadas de conflitos ou disputas, cuja origem não está em nosso controle. Embora modesta, essa é a forma genuinamente brasileira de fazer diplomacia.

Minhas observações até agora são, direta ou indiretamente, modulações e adaptações do que constitui o cerne

doutrinário de nossa política externa, tal como definida pelo Presidente João Figueiredo. São elementos que se entrosam coerentemente e criam o modo brasileiro de participar do cenário político internacional.

O universalismo não é uma aposta na quantidade de contatos e de número de intercâmbios. Ao contrário, implica tomada de posição sobre a substância do relacionamento internacional. Implica admissão de que a variedade de tendências e propostas deve fundar o que tenho chamado de "estrutura democrática de convivência internacional". O universalismo, bem aceito e compreendido, é antiintervencionista. É promotor da dignidade nacional, porque propõe o pleno respeito às individualidades nacionais, ou seja, a ampla aceitação da igualdade soberana dos Estados como modelo da organização da vida internacional.

A preservação da dignidade nacional e a regra da boa convivência são os elementos que, nos casos concretos, indicam o feitiço da ação brasileira. Frequentam, como parâmetros, os encontros diplomáticos brasileiros bilaterais, regionais ou multilaterais. Constituem, assim, o substrato de uma ética de comportamento, que se baseia na não intervenção, na busca das soluções pacíficas, e na preocupação com o equilíbrio de compromissos nos negócios concretos. Uma ética que busca em cada ação projetar a intenção de paz e desenvolvimento.

Não quero (nem creio necessário) alongar-me nessas reflexões. Não tenho dúvidas de que a diplomacia brasileira, pela serenidade e objetividade com que tem atuado, cristalizou socialmente o seu corpo doutrinário. As premissas que nos orientam são conhecidas e aceitas; existe consenso sobre as metas e propó-

sitos; o sentido de interesse nacional é amplamente reconhecido; e, apesar de nossa disposição permanente para o debate e para o ajustamento, constato, com felicidade, que as críticas são episódicas e não tocam no cerne de nosso fazer. Sinto assim que a diplomacia do Presidente Figueiredo está plenamente integrada no esforço nacional de desenvolvimento e de construção de uma nação democrática, soberana e aberta aos contatos e a convivência.

Penso que isto foi conseguido com a contribuição do Itamarati. Temos procurado ligar claramente a proposta de ação e o trabalho efetivo. A continuidade das ações, sua coerência interna, a preocupação em recolher a tradição de comportamento diplomático, o cuidado em adaptar o trabalho diplomático às modificações conjunturais, a visão de projeto são fatores que, creio, estão na base de ligação entre a proposta e a ação.

Olhando, agora, para o conjunto das ações nestes últimos 12 meses, registraria que a América Latina foi área prioritária da ação diplomática brasileira. O Presidente Figueiredo deu clara relevância aos nossos relacionamentos continentais e, através de uma série de encontros de alto nível, estimulou grande dinamismo na presença brasileira entre seus vizinhos do continente.

É importante fixar o sentido geral da política brasileira na região, antes de tocar em alguns temas bilaterais.

O dado fundamental é nossa identidade como país latino-americano. Na verdade, a intensificação é seqüência natural de um modo de ser do Brasil. Somos latino-americanos, o que faltava era explorar a fundo as seqüências de nossa identidade.

Temos uma preocupação básica em nosso relacionamento continental, o de

traduzir em ações e empreendimentos o vocabulário da solidariedade latino-americana. Não é tarefa simples, e creio que, hoje, todos nós, latino-americanos, reconhecemos a dificuldade do processo. Nossa história nos afastou um dos outros ao estabelecer como privilegiadas, nossas relações com os países do Norte, os centros dinâmicos da economia internacional. Ainda há numerosas dificuldades de comunicação e mesmo a identificação de uma cultura latino-americana e o reconhecimento de problemas comuns não estão enraizados. O esforço de unidade deve, assim, ser consciente e criativo, de luta, mesmo, contra estruturas que nos afastam e nos cegam para o potencial da cooperação e do trabalho conjunto.

O esforço no sentido da unidade já começou. As viagens do Presidente Figueiredo se inserem, sem dúvida, na busca e no encontro de caminhos novos. E, é fundamental que se estimulem encontros num momento particularmente difícil da conjuntura internacional. Não quero isolar o continente das mazelas do mundo, mas devemos reconhecer que, em regra, temos conseguido um alto nível de harmonia entre vizinhos, harmonia talvez inédita entre os países do Terceiro Mundo (para não falar evidentemente dos dramas que são a história dos desenvolvidos). É uma harmonia histórica, que não mais deve ser quebrada. É a base necessária para a intensificação do diálogo político e para o reconhecimento de relacionamentos econômicos mais férteis e proveitosos.

Temos um trunfo importante que é o da nossa diversidade e o da tradição de respeito às individualidades nacionais. Com base nesta diversidade, torna-se viável a unidade, tão necessária nos dias de hoje, inclusive para permitir melhor

enfrentarmos as variações adversas na conjuntura internacional. A unidade não é um sonho; pelo contrário, é algo em pleno processo de construção. O Presidente Figueiredo tem, em várias ocasiões, mencionado o interesse brasileiro na preparação de uma posição mais homogênea de negociação para a América Latina em seus contatos com o Norte industrializado.

Um outro ponto importante é o reconhecimento de que ventos de mudança prevalecem na América Latina. Situações de injustiça social, formas estratificadas de dominação política, social e econômica, imobilismos de todo o tipo, estão sendo questionados e muitos deles superados. Processos de transformação rápida são iniciados, com ânsia de renovação se misturando com a vontade de superar o passado. São momentos em que temos que agir com compreensão e com sentido de história, evitando tomar sintomas, detalhes, pelo significado profundo da mudança. Mas a nossa postura é de rigorosa não intervenção.

É claro que, no âmbito do nosso território, ao fazemos opções, aderimos a valores, a condutas, que encarnam a vontade nacional. São nossos esses valores políticos e, por isto, acreditamos que, embora incompletos e irrealizados, desenhem o melhor para o Brasil. Incorporam, neste momento, o sentido de mudança que vive a América Latina, que acreditamos irreversível e não aprisionável por artifícios ou adiamentos. Nem acreditamos possam ser legitimamente estimulados por pressões ou juízos de valor externos.

Reconhecimento de oportunidades, disposição política, aceitação da diversidade, adaptação a mudança, busca do novo, mútuo reconhecimento em todas as dimensões, com esses elementos, mais

à identidade latino-americana, procuramos construir nossa presença continental neste momento. As viagens do Presidente Figueiredo à Venezuela, ao Paraguai e à Argentina; a visita dos Presidentes do Peru, do México e da Argentina, o contacto com o Grupo Andino, a entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica, o apoio aos novos mecanismos de integração continental (ALADI), os meus próprios contactos com colegas latino-americanos, são momentos que coerentemente formam o quadro de nosso relacionamento.

Dos vários encontros bilaterais, talvez mais do que os atos e negócios que abrem perspectivas para empreendimentos conjuntos, tenha ficado a sintonia da diplomacia brasileira com a dos seus vizinhos. A nota dos diálogos foi invariavelmente a do descontraimento e da solidariedade, da linguagem comum, sem dissonâncias.

Podemos assim iniciar cursos novos de ação com o Peru, que hoje vive momento fértil de sua vida nacional; com o Paraguai, parceiro em tantos empreendimentos, constatou-se a profunda harmonia que une os dois povos, que têm a consciência clara de que a intensificação dos contactos, com base no respeito e no equilíbrio, só os beneficiará; com a Argentina, país com que temos talvez o relacionamento mais denso e complexo entre os países em desenvolvimento, compatibilizamos os processos de aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná e, vencida essa etapa, iniciamos com rapidez uma cooperação objetiva no mais vasto espectro de atividades; com a Venezuela, o encontro presidencial foi base para a compreensão de vários elementos de complementariedade econômica e o ímpeto que se deu ao intercâmbio é evidente; da mesma forma

com o México, onde foram numerosos os projetos de cooperação entrevistados e realizados; com o Chile, poderemos aprofundar o processo de cooperação econômica; também com o Equador, cujo Presidente nos visitará proximamente.

Em suma, evidenciam-se dos encontros presidenciais, a disposição de conviver na América Latina, o sentido de solidariedade, e, mais do que isto, a certeza de que estão esquecidos, entre nossos povos, os esquemas que vêem a política internacional como um jogo de poder, em busca de hegemonias. *Não buscamos formas abstratas de equilíbrio, constituição de blocos, confrontações, reducionismos ideológicos; imagino que, na América Latina, estamos superando esses movimentos por um sentido real e operativo. Só poderá reforçar esse processo e ajudar a superar as contradições.*

Antes de passar a um outro tema, sublinharia, ainda, o meu encontro com o Conselho Andino, outra área nova de convivência para o Brasil, ou melhor, uma forma nova de estimular o convívio com países que temos relações tradicionais de amizade. Penso que o Grupo Andino tem papel positivo a desempenhar na política e na economia continentais; a constituição da ALADI, como sucessora da ALALC, que nos promete fórmulas mais dinâmicas e realistas para o processo de integração continental e que acreditamos vão-se realizar. Mencionaria, também, a próxima reunião do Pacto Amazônico, idéia generosa lançada pelo meu antecessor, Embaixador Silveira, e que começará a ser implementada proximamente. Assinalaria, finalmente, que temos procurado acertar os contactos com o Caribe, como testemunha a visita ao nosso país do Chanceler Donaldson, de Trinidad-Tobago e com a América

Central. Neste período, recebemos as visitas dos Chanceleres da Costa Rica, Nicarágua e El Salvador. São áreas novas para a diplomacia brasileira, e cujo conhecimento do potencial de encontros se inicia agora.

Passando a outra dimensão de nosso relacionamento internacional, também prioritária na definição do Presidente Figueiredo, lembraria que recebemos, nestes últimos meses, a visita de três ilustres estadistas africanos: o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, o Presidente da Guiné, Sekou Touré, o Presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral. Tomaria as visitas como sinal de reconhecimento de que o gesto brasileiro de aproximação com países africanos foi plenamente aceito. Além disto, a visita dos três Presidentes africanos demonstra, da mesma forma que minha viagem a cinco países da África Meridional, que a política brasileira passou da fase declaratória para a dos empreendimentos comuns, dos negócios concretos.

Não retomaria aqui os temas que têm servido de base para a construção da política externa brasileira na África. Creio que estão perfeitamente definidas e aceitas as suas premissas. O sentido de solidariedade, que nasce de laços étnicos, o profundo respeito à diversidade nacional africana, a compreensão de sua luta anti-racista e antidiscriminatória, que também é nossa, a preocupação em buscar formas de trabalho comum que funcionem como esteios da independência e da autonomia etc são os elementos que, como disse, estão na base de nossa política africana. Em minha viagem à África, creio que, se alguma dúvida ainda existisse, foi ela dissipada.

Fomos compreendidos como portadores de uma proposta de igualdade e de solidariedade, que não desejamos senão

à afirmação nacional desses países e sua prosperidade. Que coincidimos em que não sejam instrumentos de terceiros, mas agentes em sua própria causa. Alguém que compreende o drama da luta anticolonialista, e seus efeitos; alguém que repudia, como os africanos, a transformação dos países da África em área de disputas entre as potências.

Fui recebido com a naturalidade das recepções aos amigos, com afeição e respeito. A integração foi ampla e a conversa com os líderes foi absolutamente cordial. Com Nyerere, da Tanzânia, com Kaunda, da Zâmbia, promotores do movimento pela independência e, hoje, estadista de toda a África, com Machel, de Moçambique, e Santos, de Angola, governantes sérios, próximos de seus povos e com um árduo e completo trabalho de reconstrução nacional pela frente, com Mugabe, do Zimbábue, que está conseguindo o feito de superar em paz e concórdia, a aspereza da transição para a independência, com todos e com cada um, a mensagem que me transmitiam foi única: amizade com o Brasil, disposição de trabalhar juntos, vontade de aprofundar o diálogo e a cooperação.

Chamaria ainda atenção para a diversidade desses países. São histórias diferentes, são projetos diferentes. Em todos, porém, existe profundo sentido de busca de identidade nacional, de autonomia, de respeito próprio.

Por certos elementos que nos unem culturalmente aos africanos, não devemos fazer simplificações sobre a África, muito menos aos países e aos conflitos, esquemas e interpretações reducionistas, que pouco têm a ver com o que acontece. A História da África está sendo escrita pelos africanos, com direção e destino próprios. É erro grave tomar por determinantes essenciais situações con-

tingentes, episódios de processos complexos, embora tenham influência no comportamento desses países. Isto só levaria à frustração, à incompreensão, e à impossibilidade de uma aproximação autêntica com os países africanos.

A África não é uma província, nem está à espera de novos colonizadores, que substituam os antigos. Não está havendo uma nova "partilha da África", o que há, com todas as dificuldades e riscos, é um amplo processo de afirmação de independências nacionais. Não estamos ali com o espírito de concorrer com ninguém, mas apenas cuidando de que nos vejam com amizade, como a um país próximo, não apenas geograficamente, e confiável. Por isto, sentimo-nos muito próximos dos africanos e não há arestas em nosso relacionamento. Temos, nesses aspectos, a mesma visão, a mesma identidade de interpretações e propósitos. Como iguais, buscamos a aproximação.

As avenidas que ligam o Brasil e a África estão abertas, definitivamente abertas. São trilhadas, hoje com espontaneidade, com naturalidade. Posso constatar, assim, que movimentos expressivos ligam a sociedade brasileira às africanas. As publicações sobre a África se multiplicam, tomamos contacto com sua riqueza literária, empresas brasileiras prestam seu melhor serviço em vários ramos da economia africana, o comércio se intensifica. A moldura política não podia ser outra porque exprime realmente o que de mais profundo existe nas ligações históricas do Brasil e da África.

As limitações existentes são nossas e não dos africanos, que mostram receptividade inequívoca. São as nossas limitações decorrentes de falta de capital e de financiamento, e de falta de tradição de ação econômica e cultural no exterior e

até mesmo das insuficiências do pessoal e material decorrentes de rápida expansão dos serviços diplomáticos.

Pelos limites de tempo não poderia, prosseguindo, abordar, com o mesmo grau de informação, as outras áreas do relacionamento externo do Brasil. Apontarei adiante outras dimensões, de forma infelizmente superficial. Não quero que os senhores entendam que tenha feito uma hierarquia de contactos, que, na lógica de minha exposição, esteja embutida uma pretensa ciência de relacionamentos. Não é isto. Procurei exemplificar os 12 meses de política externa com a África e a América Latina, porque são áreas onde o esforço de criação política é naturalmente mais denso e mais exigente.

No mesmo quadro, incorporaria também o relacionamento com o Oriente Médio. De fato, se comparado com a década de 60, o relacionamento com os árabes se tem intensificado de forma expressiva, em todas as suas dimensões. É claro que o elemento energético aí terá importância inegável, mas não é o único para explicar o processo de aproximação árabe-brasileira. Na verdade, o movimento tem que ver com o esforço que desenvolvemos, dentro do marco universalista, de aproximação com os nossos parceiros em desenvolvimento. Representa um processo de diversificação de convívio diplomático, cujos efeitos são evidentes, até na configuração das nossas pautas de comércio, e, agora, de investimento. Apesar do aumento dos contactos, sei que há ainda muito que fazer nas nossas relações com o Oriente Médio, verdadeiramente uma nova etapa do processo diplomático brasileiro e uma etapa de altos custos.

Só faria, neste capítulo, uma advertência. Se há resultados expressivos no

quadro das trocas com os países árabes, as ligações mais consistentes, mais estruturadas, devem naturalmente obedecer a um processo de maturação lenta. Estamos em fase de criar canais de comunicação, de criar vínculos, que superem as mediações dos países industrializados em áreas estratégicas, como a reciclagem de petrodólares. É um processo lento porque tem que ver mesmo com a criação de hábitos novos. Mas, sentimos disposição de cooperação, há exemplos marcantes do que é possível fazer e os encontros mostraram o sentido da intensificação da frequência e da profundidade.

As relações com os países desenvolvidos ocidentais, com que partilhamos valores fundamentais, têm corrido, no plano bilateral, com a mais perfeita cordialidade. O relacionamento com os Estados Unidos se desenvolve franco, igual, sem inibições de parte a parte: o espaço aberto permite que se discorde com a mesma naturalidade e o mesmo respeito com que se concorda; esse tipo de relacionamento se baseia numa história de contactos fraternos e amplos e exige maturidade, que é o que temos nas relações com os Estados Unidos, hoje.

Também maduras estão as nossas relações com os países do Ocidente europeu. Existe dinamismo e renovação nos inúmeros encontros de alto nível que têm sido mantidos com autoridades europeias. Em 1979, depois da visita de Helmut Schmidt, Chanceler da República Federal da Alemanha, ainda em março recebemos o ilustre Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suarez, em agosto. Recebemos ainda a visita dos Ministros das Relações Exteriores da Itália, Bélgica, Áustria e Inglaterra, no último caso a primeira vez na História em que o Ministro do Exterior do Reino Unido

vinha ao Brasil. Tive interessante reunião de trabalho em Bonn, este ano, com meu colega Genscher e, na mesma ocasião, entrevistei-me com Helmut Schmidt; os níveis de cooperação teuto-brasileira, especialmente na área da energia nuclear, são excelentes; e quero aqui deixar meu testemunho do sentido de equilíbrio, que tem presidido as negociações e conversas diplomáticas sobre o tema. Em setembro, estive em Bruxelas, tanto para contactos bilaterais quanto para a assinatura de um Acordo de Cooperação com a Comunidade Económica Europeia, que certamente bem servirão ao desempenho de comércio com os países europeus, hoje nossos maiores parceiros comerciais.

Em janeiro, o Presidente Figueiredo visitará a França, dando prosseguimento a este amplo quadro de contactos com os europeus, que tem sentido muito profundo para nós, que partilhamos com eles os melhores valores da civilização ocidental, a começar da própria crença nas formas democráticas de Governo.

O diálogo com o Japão se aprofunda e as oportunidades para empreendimentos conjuntos têm sido amplamente aproveitadas. Em agosto do ano passado, recebi em Brasília o então Chanceler Sonoda por ocasião da reunião ministerial nipo-brasileira, de que participaram os titulares de cinco pastas do Governo de cada país. Recentemente percorreu nosso país uma importante missão comercial de importadores japoneses com significativos resultados.

Recebemos visitantes de alto nível da China, e missões comerciais, que certamente constituem base para aproximação com aquele importante mercado asiático. Uma área que merecerá maior atenção são os países da ASEAN, e, no ano que passou, fomos visitados por

missões da Malásia e de Cingapura. Em Cingapura, centro financeiro e comercial da região, instalamos uma Enbaixada. Na Malásia, embora já haja autorização para tanto, teremos de esperar melhor conjuntura orçamentária.

Com os socialistas europeus e a União Soviética, temos tido relacionamento normal, fundado sobretudo nas trocas comerciais. Respeito e não ingerência, têm sido regras estritas que exigimos em nosso convívio. Outras formas de encontro diplomático dependem ainda de circunstâncias específicas e de interesses localizados. Nisto, contamos muito com a própria diversidade entre os socialistas, que revela matizes e até divergências em um ou outro ponto.

Concluirei as observações que fiz insistindo no tema da coerência. Nossa disposição de agir, nossas intenções, nossos projetos são rigorosamente os que acabo de expor aos senhores. Não há outros. Não há intenções ocultas, segundas. Não há pretensões descabidas, nem a tentação de soluções mágicas para as questões de política externa do Brasil. Neste momento, acredito que nossa ação incorpora o melhor de nossa tradição diplomática e constitui a melhor ponte entre os serviços que o Itamarati pode prestar ao Governo e à nação e o projeto de desenvolvimento econômico e de implantação de uma democracia plena. Porque estão claramente ligados projeto e ação, o trabalho tem raízes profundas e vocação de autenticidade.

Assinalei que o cumprimento cotidiano *do que pretendemos não é fácil, num mundo cambiante, irredutível a fórmulas simplistas, com inúmeras áreas de tensão. Além disto, o Brasil é um país que precisa muito do sistema internacional e tem limitado controle sobre o ambiente que o envolve. Não vemos isto necessa-*

riamente como um problema; não pretendemos nenhum tipo de auto-suficiência, ou de isolamento. Ao contrário, nossa vocação é para conviver amplamente e para contribuir para que essa convivência se estruture de forma tal que se

atenuem as tensões e diminuam as violentas disparidades de riqueza entre as nações, que hoje prevalecem. Sabemos que as opções concretas não são óbvias. Fazemos o melhor que podemos para que sejam sempre as melhores para o povo brasileiro.



na balança.

Até agora, a balança comercial do Brasil tem sido deficitária. Isso se deve, em grande medida, à queda da exportação de café e de outros produtos tradicionais. Além disso, a indústria nacional tem sofrido com a concorrência de produtos estrangeiros. É necessário que o Brasil tome medidas para melhorar sua balança comercial.

Em sua história, o Brasil sempre foi um país exportador. Sua principal fonte de renda vem das commodities, especialmente o café. No entanto, a diversificação da economia é essencial para garantir a sustentabilidade do país a longo prazo.

Atualmente, o Brasil enfrenta desafios significativos em sua economia. A inflação alta e a instabilidade política são fatores que afetam negativamente o crescimento. É necessário que o governo implemente políticas eficazes para controlar a inflação e promover o desenvolvimento econômico.

Apesar dos desafios, o Brasil possui um grande potencial econômico e humano. Com a implementação de reformas estruturais e a promoção de investimentos em infraestrutura e educação, o país pode alcançar um crescimento sustentável e melhorar a qualidade de vida de sua população.